

# Congresso pode votar a anistia sem acordo

868 JUN 1988

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA

— O governo corre o risco de assistir de braços cruzados à votação, pela Constituinte, das emendas que propõem a anistia da correção monetária sobre dívidas contraídas na época do Plano



Humberto Souto

Cruzado, por pequenos e microempresários. Isso porque os autores das emendas, deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) e o senador Manueto Lavor (PMDB-PE), estão interpretando as propostas de acordo apresentadas pelos líderes do governo como tentativa de desestabilização do movimento pela aprovação da matéria.

Na opinião do deputado Humberto Souto, nenhum acordo deverá ser fechado, pelo menos até o dia da votação, prevista para os próximos 10 dias: "De que adianta o deputado Carlos Sant'Anna se reunir com técnicos da Fazenda, se a gente nunca sabe se os números foram apresentados por pessoas sérias ou vendidas a banqueiros?" argumentou Souto referindo-se à proposta do líder Carlos Sant'Anna de estabelecer o montante da dívida a partir de reuniões com os técnicos do Ministério da Fazenda.

Com base em números fornecidos

pelo Banco Central, o constituinte estimou que existam no país cerca de 3 milhões e 200 mil microempresários, sem contar os produtores rurais: "Não podemos assistir à falência desses produtores, sem fazer nada. No Espírito Santo, os bancos estão leiloando propriedades de muitos que foram estimulados pelo Plano Cruzado, contraíram empréstimos e não puderam pagar as dívidas."

Contudo, o deputado Humberto Souto admite que, se for necessário para a aprovação da matéria, os constituintes incluirão nas respectivas emendas um item estabelecendo que somente terão direito à anistia da correção monetária aqueles que realmente foram prejudicados pelo Plano Cruzado.

Souto classificou de "terrorismo numérico" as primeiras informações sobre o montante da dívida, apresentadas pelo ministro Maílson da Nóbrega: "Primeiro ele falou que a dívida poderia chegar a 1 bilhão de dólares e depois subiu para 10 bilhões de dólares. Isso é um absurdo. Ninguém deve isso". Temos de levar em conta que muita gente conseguiu pagar o que devia, acredita o deputado.

O deputado Humberto Souto não acredita que o governo possa ceder às pressões dos principais banqueiros do país, aprovando a medida por decreto lei "se o governo fizer isso, estará para sempre desmoralizado e responsabilizado pelo povo."

## UDR pressiona a aprovação

RECIFE O comando nacional da UDR vai fechar o cerco sobre os constituintes eleitos com o apoio dos ruralistas a fim de aprovar a emenda que elimina a correção monetária dos contratos firmados por micros empresários e produtos rurais à época do Plano Cruzado. Segundo o líder nacional da UDR, Ronaldo Caiado, representantes das 300 regionais da entidade estarão na terça-feira em Brasília, para acertar o esquema de persuasão que pretendem utilizar. Caiado, que ontem participou de manifestação pela aprovação da emenda na cidade de Carpina a 54 quilômetros de Recife — onde falou para mais de 500 produtores disse que a proposta ainda é insuficiente, "mas já é o primeiro passo para se fazer justiça".

"O que nós queremos é que o governo cumpra a lei 4.824 de 1981, que desobriga da correção monetária todas as operações de crédito rural, uma lei cujo relator foi o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães", explicou o líder da UDR. Ele criticou duramente a equipe econômica do governo "a mesma turma que em 1981, mandou cobrar a correção em cima dos produtores". Sobre a alegação do ministro Maílson da Nóbrega de que os contribuintes é que teriam de cobrir um rombo, segundo o ministro, de

US\$ 10 milhões, Caiado ironizou: "é o criminoso tentando esconder o seu crime".

Em sua segunda passagem por Recife, Ronaldo Caiado foi saudado como herói pelos produtores rurais e, ao contrário do que ocorreu em outras capitais, a esquerda não se preocupou com a sua presença e não programou nenhuma manifestação de protesto. "Isto mostra que não somos partidos políticos e não há por que nos chamarmos de radicais de direita. Estamos, nesse caso, apoiando uma proposta de um senador do PMDB, que não teve voto das classes produtoras", observou o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Antonio Celso Cavalcanti, representante de Caiado no Recife.

Dos relatos que o líder da UDR ouviu, um ele garantiu que vai levar à Brasília como exemplo. É o caso do microempresário Antonio Ferreira da Silva, fabricante de doces no município de Timbaúba — Zona da Mata Norte — que, em fevereiro de 1987, tomou ao Banco do Nordeste do Brasil Cz\$ 60 mil para pagar em três meses mas, na hora de receber o dinheiro, só levou Cz\$ 28 mil, já que o resto ficou antecipadamente por conta dos juros. Antonio Ferreira já pagou, até maio passado, Cz\$ 96 mil e a sua dívida ainda é de Cz\$ 110 mil.